



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **PROJETO BÁSICO Nº 1/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET**

## **PROJETO BÁSICO**

### **1 - INTRODUÇÃO**

1.1 - Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de sinalização.

### **2 - OBJETO**

2.1 - O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de sinalização (cavaletes, cone barril e de trânsito), a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO.

### **3 - JUSTIFICATIVA**

**3.1 - DA NECESSIDADE** – Atualmente o Tribunal não dispõe de cavaletes e cones de sinalização para uso no controle de tráfego tanto interno como externo ao Edifício Sede e seus anexos.

Assim, para um melhor controle de acesso aos prédios da Justiça Eleitoral, necessário se faz a aquisição desses materiais, visando dar maior segurança tanto aos usuários internos como externos.

### **3.2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

3.3.1 - A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- VALORES: Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- PROCESSOS INTERNOS: Celeridade e produtividade na prestação e jurisdicional.
- PESSOAS E RECURSOS: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

### **4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.1 - O objeto a ser contratado não exige critérios de sustentabilidade.

### **5 – DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1 - A Contratada fará a entrega dos materiais no endereço da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO.

5.2 - A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contadas a partir do recebimento da Nota de Empenho.

### **6 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1 - Os materiais deverão ser entregues, de acordo com a proposta ofertada.

6.2 – Recebidos os materiais, a Seção de Transportes fará o recebimento provisório no prazo de 2(dois) dias, e estando de acordo com as especificações fará a emissão do recebimento definitivo, encaminhará a Nota Fiscal para pagamento.

6.3 - No caso de não aceitação do objeto, este Tribunal notificará a empresa para a troca dos materiais no prazo de 10 (dez) dias.

### **7 - DO VALOR E DO PRAZO**

7.1 - O valor da aquisição é de **R\$ 17.399,25 (dezesete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos)**. Tal valor corresponde ao menor valor das propostas obtidas por meio da Cotações de Preços n. 001/2020-SET constantes nos eventos [0626914](#), [0626917](#) e [0626922](#), realizada no mercado, demonstrado no quadro abaixo:

		Planeta Sinalização Ind. E Com. Ltda		InterSinal do Brasil		A Top S E Serv. I
Item	Quant	Unit	Total	Unit	Total	Unit
Cavalete tipo A	15	252,65	3.789,75	304,00	4.560,00	328,9
Cavalete plástico desmontável	15	369,45	5.541,75	444,00	6.660,00	480,3
Cone Barril	05	141,80	709,00	171,00	852,00	184,3
Super Cone Barril	15	225,25	3.378,75	272,00	4.080,00	292,8
Cone de trânsito semi flexível	20	48,85	977,00	59,00	1.180,00	63,5
Cone de trânsito ultra flexível	30	100,10	3.003,00	122,00	3.660,00	143,1
<b>TOTAL</b>			<b>17.399,25</b>		<b>20.992,00</b>	



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2 - Conforme tabela acima, a empresa **PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIA LTDA**, CNPJ **05.081.805/0001-20**, apresentou o menor preço por item, sendo escolhida como a melhor proposta.

### **7.3 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)**

Assim sendo, pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se, s.m.j, que a aquisição pretendida pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal. Além disso, há 3 cotações válidas, atendendo à quantidade mínima exigida para validade do procedimento, com documentos comprobatórios da regularidade fiscal das empresas, constantes nos eventos [0626929](#), [0626931](#) e [0626933](#).

### **7.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA**

Nome da empresa: **PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COM LTDA**

CNPJ: 05.081.805/0001-20

Contatos: GISELE MACHADO ANDRADE

Telefone: (15) 3305-8547

E-mail: gisele@planetasinalizacao.com

Representante: GISELE MACHADO ANDRADE      **CPF 374.250.848-21**

Dados bancários: **C/C 780-3      AG. 6505-6      Banco 001**

## **8 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

8.1 - O fornecimento de material de consumo especificado no presente Projeto Básico está previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o corrente exercício, devendo a aquisição pleiteada ser custeada inicialmente pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO:	AOSA APOIO
VALOR	R\$ 17.399,25

## **9 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1 - As empresas que participarem da cotação de preços devem apresentar sua proposta comercial preenchidas adequadamente e nos moldes do modelo da **Cotações de Preços n. 001/2020 SET** enviada a todas, bem como deverão possuir documentação APTA no que se refere à regularidade fiscal, quais sejam:

- Certidão Negativa da Receita Federal
- Certidão Negativa do FGTS
- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho
- Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça

Na apresentação da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do objeto a ser contratado.

## **10 - REQUISITO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

10.1 - Validade: 60 (sessenta) dias.

10.2 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da Cotação de Preços/Contrato.

## **11 – DA CARTA-CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO PAGAMENTO**

### **11.1. DA CARTA-CONTRATO**

11.1.1 – por tratar de objeto de pronta entrega, a carta contrato será substituída pela Nota de Empenho.

11.1.2 - Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o comprovante de entrega da Nota de Empenho, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de entrega do mesmo.

11.1.3 - À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

11.1.4 - Como condição para a contratação a adjudicatária deverá apresentar certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1.5 - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

11.1.6 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

11.1.7 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

11.1.8 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - **situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93)** - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **11.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.2.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Emitir a Nota de Empenho para entrega à contratada;
- b) Expedir o recebimento provisório e definitivo nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- d) Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

### **11.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 20 (vinte) horas, contados a partir do recebimento da Nota de empenho.
- c) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- d) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.
- e) Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.
- f) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho.
- g) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ.
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

### **11.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.3.1 - SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura da carta-contrato, sujeita a contratada à multa moratória incidente sobre o valor da carta contrato, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

#### **I - atraso na entrega do objeto:**

1. atraso injustificado no fornecimento de até 05 (cinco) dias, multa de 2,0%.
4. atraso superior a 05 (cinco) dias caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

#### **II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:**

1. atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução.

**11.3.2 - SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

**I** - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**III** - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**11.3.3** - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A contratada tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) A contratada tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**11.3.4** A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;

b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

**11.3.5** -A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**11.3.6** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**11.3.7** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas na Carta-Contrato contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**11.3.8-** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

**11.3.9** - A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**11.3.10** - Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**11.3.11** - As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**11.3.12** - O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **11.4. DO PAGAMENTO**

11.4.1 - O pagamento será efetuado após a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento de material, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal na sede do Tribunal Regional Eleitoral, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.4.2 - No procedimento de conferência da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada. Caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

11.4.3 - Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

11.4.5 - No caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da fórmula a seguir, sendo que a aludida compensação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas pelo Chefe da Seção de Transportes - SET e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO LEME DA ROCHA JUNIOR, Chefe de Seção**, em 20/11/2020, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003121-76.2020.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – Projeto Básico aquisição de material de sinalização (cavaletes, cone barril e de trânsito) - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 264 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Transporte – SET deste TRE-RO, objetivando aquisição de material de sinalização, conforme eventos [0606319](#) e [0606374](#).

**02.** No Despacho nº 1857/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0606535](#)), o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a elaboração do Projeto Básico, solicitada pela Coordenadoria de Serviços Gerais (COSEG) no evento [0606493](#).

**03.** Em seguida, a unidade demandante juntou o Estudo Preliminar ([0618511](#)) e o Projeto Básico (PB) nº 1/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET ([0626934](#)), relatando sobre o objeto da contratação, constando como anexo a Cotação de Preços nº 001/2020-SET ([0626914](#), [0626917](#) e [0626922](#)).

**04.** O secretário da SAOFC, por meio do Despacho nº 2227/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0627498](#)), direciona os autos à COMAP para a análise do PB, à COFC para programação orçamentária da possível despesa e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

**05.** Em ato contínuo, a COMAP por base o disposto no inciso art. 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e no art. 17, V, da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, avaliou os critérios essenciais à sua regularidade, concluindo ao final pela consonância do instrumento com as normas gerais de contratações estabelecidas pela legislação vigente. Ainda, registrou que os materiais de consumos pretendidos não foram contratados no presente exercício e manifestou-se pela adjudicação do objeto à empresa **PLANETA SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIA LTDA**, CNPJ 05.081.805/0001-20, caso a autoridade superior aprove o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

projeto básico, consoante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 158/2020 ([0628015](#)).

**06.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) procedeu à programação orçamentária, para o presente exercício, informando a existência do pré-empenho no valor de **R\$ 17.399,00** (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais) e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) – [0629063](#).

**07.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**09.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

**10.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais). Além disso, a Lei n. 14.065/2020, em seu artigo 1º, inciso I, letra "b", estabelece novo limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a dispensa de licitação durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, reconhecido no Decreto Legislativo nº 6/2020.

**11.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 17.399,25** (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0626934](#)) e na



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cotação de Preço realizada ([0626914](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**12.** Na Análise de Termo De Referência / Projeto Básico Nº 158/2020 ([0628015](#)), a coordenadora da COMAP declara que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

**13.** Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

**14.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**15.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

**16.** No vertente caso, foram obtidas, no mercado especializado, 03 (três) cotações de preço válidas ([0626914](#), [0626917](#) e [0626922](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público ([0626929](#), [0626931](#) e [0626933](#)) - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

*Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas*

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

**17.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIA LTDA, CNPJ 05.081.805/0001-20**, no valor de **R\$ 17.399,25**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

**18.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadín, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

**19.** No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0626929. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

**20.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa citada, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**21.** De outro lado, o Projeto Básico SECOMS ([0626934](#)), complementado pela Cotação de preços nº 001/2020 - SET, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

## **III – CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da **PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIA LTDA**, CNPJ **05.081.805/0001-20**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos ([0626934](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

**23.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 24/11/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/11/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003121-76.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE - SET

ASSUNTO: Aquisição de material de sinalização (cavaletes, cone barril e de trânsito) – dispensa de licitação.

**DESPACHO Nº 1958 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Transporte – SET deste TRE-RO, objetivando aquisição de material de sinalização (cavaletes, cone barril e de trânsito), conforme eventos [0606319](#) e [0606374](#).

Inicialmente, a SET juntou Documento de Formalização da Demanda ([0606374](#)), Estudo Preliminar ([0618511](#)), Minuta do Projeto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Básico ([0618517](#)) e submeteu os autos à Coordenadora de Serviços Gerais (COSEG), que anuiu com a continuidade do feito, conforme Despacho nº 28/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0619358](#)).

Carreou-se aos autos, também, as cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COM. LTDA., CNPJ 05.081.805/0001-20 ([0626914](#)); INTERSINAL DO BRASIL, CNPJ n. 11.307.230/0001-14 ([0626917](#)); e A TOP SINALIZAÇÃO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.-EPP, CNPJ n. 02.845.538/0001-22 ([0626922](#)).

O Projeto Básico nº 1/2020 – SET ([0626934](#)), dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 17.399,25 (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos)** para o exercício de 2020, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da aquisição, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A COMAP registra que os materiais que estão sendo adquiridos referem-se a materiais de consumo, conforme verificado na Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, material de sinalização visual e afins - natureza de despesa 339030 - não contratados no presente exercício. Ao final, concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 05.081.805/0001-20 (evento [0626914](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0628015](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0629063](#)) no valor de R\$ 17.399,25 (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000397. Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Por meio do Parecer Jurídico n. 264/2020 ([0629418](#)) a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta com a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa PLANETA SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 05.081.805/0001-20, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 e pela aprovação do Projeto Básico n. 1/2020-SET ([0626934](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela autorização da despesa; pela aprovação do Projeto Básico n. 1/2020-SET ([0626934](#)); pela contratação direta da empresa PLANETA SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ n. 05.081.805/0001-20, por dispensa de licitação, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#); e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0629507](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018 e da Lei 14.065/2020, de 30 de setembro de 2020.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Além disso, na Análise do Projeto Básico ([0628015](#)), a coordenadora da COMAP declara que a Administração não realizou contratações de mesma natureza. Em razão disso, resta demonstrado que a presente aquisição não caracteriza fracionamento irregular de despesa.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que atualmente o TRE-RO não dispõe de cavaletes e cones de sinalização para uso no controle de tráfego tanto interno como externo ao Edifício Sede e seus anexos. Desse modo, para um melhor controle de acesso aos prédios da Justiça Eleitoral, necessário se faz a aquisição desses materiais, visando dar maior segurança tanto aos usuários internos como externos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ n. 05.081.805/0001-20 ([0626914](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a aquisição em comento, no valor de R\$ 17.399,25 (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos).

Pelo exposto, adotando os fundamentos do Parecer Jurídico 264/2020 ([0629418](#)) e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

**1 - aprova o Estudo Técnico Preliminar ([0618511](#)) e o Projeto Básico n. 1/2020-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET ([0626934](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

**2 - autoriza a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no [art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/ o art.1º, I, "b", da Lei n. 14.065/2020](#) ; e

**3 - adjudica o objeto à empresa PLANETA SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 05.081.805/0001-20, por ter apresentado o menor preço e, autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de R\$ 17.399,25 (dezessete mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), condicionada à regularidade fiscal da empresa; e

**4 - Determina a publicação da dispensa apenas no Diário de Justiça Eletrônico (DJE)**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se abaixo dos patamares da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#); e

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 25/11/2020, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos